Classificação							Em contos	
Orgânica			Económica		Rubricas	Reforcos		
Capítulo	Divisão	Sub- divisão	Funcional	Código	Alinea		ou inscrições	Anulações
50	54	09				DGDR — RETEX		
			!	08.00.00		Transferências de capital:	Ì	
				08.02.00		Administrações públicas:		
				08.02.03		Serviços autónomos:		
			1.01.0		A	IAPMEI	90 000	-
		11				DGDR Desenvolvimento rural e local		
				08.00.00		Transferências de capital:		ļ
		ļ		08.01.00		Sociedades e quase-sociedades não financeiras:		
			1.01.0	08.01.02		Empresas privadas	-	1 134 165
j		12				DGDR — Sistema de incentivos regionais		
ļ				08.00.00		Transferências de capital:		
				08.02.00		Administrações públicas:		
				08.02.02		Fundos autónomos:		
			1.01.0		A	Fundo de Turismo	330 000	-
				08.02.03		Serviços autónomos:		
			1.01.0		A	IAPMEI	399 680	-
				08.04.00		Instituições de crédito:		
				08.04.02		Instituições monetárias privadas:		
			1.01.0		A	Diversas (a desagregar)	-	530 000
		13				DGDR Sistema de incentivos a divers, industrial vale do Ave		·
				08.00.00		Transferências de capital:		
				08.02.00		Administrações públicas:		
			'	08.02.03		Serviços autónomos:		•
			1.01.0		A	IAPMEI	844 485	
						Total do Ministério 10	2 790 134	2 790 134

14. ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 14 de Fevereiro de 1995. — O Director, António Miguel Pinela.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 397/95 de 3 de Maio

Com fundamento no disposto nos artigos 19.°, 20.°, 21.° e 27.° da Lei n.° 30/86, de 27 de Agosto, e 80.° e 81.° do Decreto-Lei n.° 251/92, de 12 de Novembro;

Ouvido o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, o seguinte:

1.º Pelo presente é declarada extinta a concessão do regime cinegético especial atribuída pela Portaria n.º 428/94, de 29 de Junho, à Vera Cruz Safaris — Sociedade de Turismo Cinegético.

2.º Ficam sujeitos ao regime cinegético especial os prédios rústicos denominados «Herdades da Negrita, Sobrais, Monte Novo, Cabeça de Porco» e outros, sitos nas freguesias de Santo Aleixo da Restauração e Sobral da Adiça, município de Moura, com uma área de 5112,0748 ha, conforme planta anexa ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

- 3.º Pelo presente diploma é concessionada, até 29 de Junho de 2006, à SULCAÇA Sociedade de Caça Turística, L.^{da}, com o número de pessoa colectiva 972951636 e sede na Rua de 5 de Outubro, 20, Moura, a zona de caça turística da Negrita (processo n.º 1552 do Instituto Florestal).
- 4.º A SULCAÇA Sociedade de Caça Turística, L.da, como entidade gestora da zona de caça turística concedida pelo presente diploma, fica obrigada a cumprir e a fazer cumprir o plano de ordenamento e exploração cinegético aprovado e demais disposições legais e regulamentares do exercício da caça que lhe forem aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos infractores.
- 5.º Nesta zona de caça turística é facultado o exercício venatório a todos os caçadores em igualdade de circunstâncias, quando devidamente licenciados pela entidade gestora.
- 6.° 1 A zona de caça turística será obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.° 4 definido na Portaria n.° 697/88, de 17 de Outubro, conjuntamente com o sinal do modelo anexo à Portaria n.° 569/89, de 22 de Julho.

2 — A sinalização obedecerá às condições definidas nos n.ºs 6.º a 9.º da Portaria n.º 697/88, 3.º e 4.º da Portaria n.º 569/89 e 6.º e 7.º da Portaria

n.º 219-A/91, de 18 de Março.

7.º Os prédios rústicos que integram esta zona de caça turística, nos termos do disposto no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 251/92, para efeitos de polícia e fiscalização da caça, ficam submetidos ao regime florestal, obrigando-se a concessionária a manter três guardas florestais auxiliares dotados de meio de transporte, com observância do disposto no n.º 7.º, n.º 2 e 3, da Portaria n.º 219-A/91.

8.º O disposto no presente diploma não é aplicável às áreas consignadas no artigo 14.º, n.º 1 e 2, da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto.

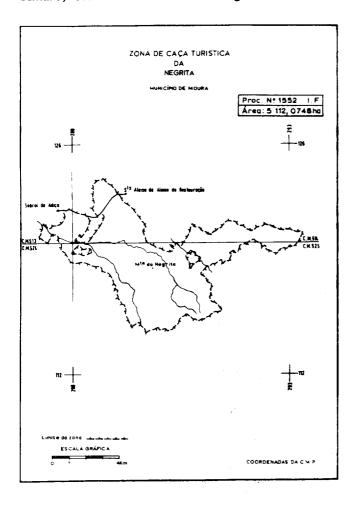
9.º Esta concessão é renovável nos termos do disposto no artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 251/92.

10.° É revogada a Portaria n.° 428/94, de 29 de Junho.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 21 de Março de 1995.

Pelo Ministro da Agricultura, Álvaro dos Santos Amaro, Secretário de Estado da Agricultura.



Portaria n.º 398/95 de 3 de Maio

Pela Portaria n.º 667-M7/93, de 14 de Julho, foi concedida a Maria Inês Kindler de Barahona uma zona

de caça turística com uma área de 3658,8298 ha, situada no município de Évora.

A concessionária requereu agora a anexação de outras propriedades, com uma área de 155,0302 ha.

Com fundamento no disposto nos artigos 19.°, 20.°, 21.° e 27.° da Lei n.° 30/86, de 27 de Agosto, e 80.° e 81.° do Decreto-Lei n.° 251/92, de 12 de Novembro; Ouvido o Conselho Nacional da Caça e da Conser-

vação da Fauna:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, o seguinte:

- 1.º Ficam sujeitos ao regime cinegético especial os prédios rústicos denominados «Herdades de São Domingos da Ordem», «Montinho», «Tinhosa», «Courela da Raposeirinha», «Herdade da Fragosa» e outros, sitos na freguesia de Nossa Senhora de Machede, município de Évora, com uma área de 3813,86 ha, conforme planta anexa ao presente diploma e que dele faz parte integrante.
- 2.º Pelo presente diploma é concessionada, até 14 de Julho de 2005, a Maria Inês Kindler Barahona, entidade equiparada a pessoa colectiva com o n.º 805029125 e sede na Rua de 5 de Outubro, 79, Évora, a zona de caça turística de São Domingos da Ordem (processo n.º 1505 do Instituto Florestal).
- 3.º Maria Inês Kindler Barahona, como entidade gestora da zona de caça turística concedida pelo presente diploma, fica obrigada a cumprir e a fazer cumprir o plano de ordenamento e exploração cinegético aprovado e demais disposições legais e regulamentares do exercício da caça que lhe forem aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos infractores.
- 4.º Nesta zona de caça turística é facultado o exercício venatório a todos os caçadores em igualdade de circunstâncias, quando devidamente licenciados pela entidade gestora.
- 5.° 1 A zona de caça turística será obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 4 definido na Portaria n.º 697/88, de 17 de Outubro, conjuntamente com o sinal do modelo anexo à Portaria n.º 569/89, de 22 de Julho.
- 2 A sinalização obedecerá às condições definidas nos n.ºs 6.º a 9.º da Portaria n.º 697/88, 3.º e 4.º da Portaria n.º 569/89 e 6.º e 7.º da Portaria n.º 219-A/91, de 18 de Março.
- 6.º Os prédios rústicos que integram esta zona de caça turística, nos termos do disposto no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 251/92, para efeitos de polícia e fiscalização da caça, ficam submetidos ao regime florestal, obrigando-se a concessionária a manter dois guardas florestais auxiliares dotados de meio de transporte, com observância do disposto no n.º 7.º, n.ºs 2 e 3, da Portaria n.º 219-A/91.
- 7.º O disposto no presente diploma não é aplicável às áreas consignadas no artigo 14.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto.
- 8.º Esta concessão é renovável nos termos do disposto no artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 251/92.
- 9.º É revogada a Portaria n.º 667-M7/93, de 14 de Julho.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 12 de Abril de 1995.

Pelo Ministro da Agricultura, Álvaro dos Santos Amaro, Secretário de Estado da Agricultura.